



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Com vista à ampla auscultação da opinião da população, há que recorrer à inteligência colectiva e definir com clareza o rumo de orientação do “Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau”, para que este seja definido com base num consenso mais ou menos sólido, daí o Governo ter há dias avançado com a respectiva consulta, a fim de que o plano possa corresponder às necessidades. Portanto, a consulta pública é, mais do que óbvio, indispensável, mas nunca pode sobrepor-se à protecção e gestão de que o Centro Histórico carece.

O monumento das Ruínas de S. Paulo, ponto de interesse turístico nuclear do Património Cultural, atrai ondas e ondas de turistas, e em resultado disso, o dia a dia dos residentes nas suas proximidades está a ser gravemente afectado pelo congestionamento do trânsito que é intenso nas vias circundantes, e pela poluição, atmosférica e sonora, que provoca.

Isto é tema de preocupação da sociedade, que não pára de reclamar por uma solução junto das autoridades competentes. O Conselho Consultivo dos Serviços Comunitários da Zona Central criou mesmo, em Julho do ano



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

passado, um grupo de trabalho para a área do trânsito, e fez ainda chegar aos serviços competentes informação sobre a situação, solicitando a definição de um calendário para a implementação, através da optimização quer do hardware quer do software, da proibição total de circulação de autocarros de turismo na zona das Ruínas de S. Paulo.

Num abrir e fechar de olhos passou 1 ano e 3 meses. Para além das alterações à rotunda do Hospital Kiang Wu e na ligação à Rua Horta da Companhia, mais nenhuma medida foi adoptada. Será que as autoridades estão mesmo determinadas a resolver o problema? Será que as reclamações dos moradores daquela zona não são razoáveis? Antes da implementação do “Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau”, as autoridades devem definir um outro plano do qual constem medidas de gestão para otimizar as vias, o tráfego, a qualidade do ar e o ruído, e para minimizar os efeitos negativos causados pelos autocarros de turismo, nomeadamente, para as deslocações e qualidade de vida dos residentes que vivem naquela zona. Vão fazê-lo?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O congestionamento das vias circundantes às Ruínas de S. Paulo e a grave poluição atmosférica e sonora provocada pelos veículos automóveis já há muito tempo que são alvo da preocupação dos residentes. Se não há meios para resolver a situação, qual é a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- entidade que tem de arcar com as devidas responsabilidades? E de que planos concretos dispõe o Governo para resolver esta situação?
2. Segundo dizem, é necessário adoptar medidas para condicionar a circulação de autocarros de turismo na zona das Ruínas de S. Paulo, com vista a proteger melhor esse monumento do Património Mundial. O Governo vai estudar e analisar o assunto? Que acções vão ser efectivamente tomadas, com vista à protecção e gestão daquele ponto de interesse turístico?
 3. Para evitar transtornos quer para as deslocações quer para a vida dos residentes, antes da implementação do "Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau", é necessário definir planos e medidas de protecção geral dos monumentos do Património Mundial e das zonas comunitárias ao seu redor. O Governo vai fazê-lo? Quando é que vai meter mãos à obra?

16 de Outubro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kwan Tsui Hang